

06 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia mais 13 em esquema de exploração

Dois empresários, auditor, advogado e suposta aliciadora são novos nomes na lista de investigados

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – O Ministério Público (MP) ofereceu denúncia contra 13 pessoas na tarde de ontem. Os investigados são suspeitos de participação no esquema de exploração sexual de menores em Londrina, descoberto no início deste ano. Além de empresários, auditores fiscais, aliciadoras, já envolvidos em outros inquéritos, o MP incluiu outras cinco pessoas tiveram os nomes incluídos no esquema: os empresários Marcelo Caldarelli e Alexandre Alves de Mello, o auditor fiscal Élio Sanzovo, o advogado Rogério Feres Gil e a aliciadora Ana Cláudia Moreira.

Segundo a promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Suzana Lacerda, os crimes aconteceram entre os anos de 2003 e 2014, sendo que a maioria foi cometida nos dois últimos anos. Os denunciados vão responder por exploração sexual e estupro de vulnerável, já que algumas das vítimas identificadas nesta fase das investigações tinham menos de 14 anos na época dos abusos.

Em seis meses de investigações, o Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime

Organizado (Gaeco) concluiu 39 inquéritos sobre a rede de exploração sexual. O volume de processos é tão grande que nem a promotora tem números precisos. Segundo ela, pelo menos 40 vítimas foram identificadas e 33 pessoas foram indiciadas até o momento, sendo nove aliciadoras e 29 contratantes dos programas sexuais das adolescentes.

Segundo a promotora, o contato com as adolescentes era feito pelas redes sociais e por meio das aliciadoras. Entre os nomes já citados em outros processos, estão o do auditor fiscal Luiz Antonio de Souza, preso em um motel da cidade com uma garota de 15 anos, do fotógrafo e ex-assessor da governadoria do Paraná, Marcelo Caramori, e do empresário Antônio Crippa Neto, de Cambé.

O empresário Alexandre Alves de Mello, proprietário de estabelecimentos tradicionais de Londrina, informou à reportagem no fim da tarde de ontem que foi pego de surpresa com a notícia. Ele negou as acusações. “Estava trabalhando e fiquei sabendo agora há pouco de que sou investigado pelo Gaeco. É um absurdo, não

sei de nada sobre isso e vou provar”, comentou. Ele disse que ainda não havia sido notificado e que, por não saber o teor da denúncia, não poderia comentar mais nada a respeito. “Sinceramente, não sei do que estão me acusando.”

Eduardo Duarte Ferreira, advogado de Caldarelli, empresário e ex-presidente do Londrina Esporte Clube nos anos 1996 e 1997 acredita que é “óbvia” a absolvição do cliente. “Não tenho dúvidas que vou conseguir a absolvição dele. As datas mencionadas pelas supostas vítimas não batem. Ele tem como provar que não esteve com as meninas”, contou.

A reportagem tentou contato com o advogado Rogério Feres Gil pelo telefone divulgado no registro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas ninguém atendeu às ligações. Élio Sanzovo e Ana Cláudia Moreira não foram localizados.

Dos cerca de 30 processos em andamento, apenas o primeiro teve sentença proferida, com pena de quatro anos de prisão em regime semiaberto para o auditor Luiz Antonio de Souza e dois anos em regime aberto para a aliciadora Carla de Jesus. Fora a condenação, Souza foi relacionado em outros 11 inquéritos.

CONTINUA

06 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Audiência é adiada por falta de testemunhas

Na tarde de ontem, três réus de um dos inquéritos do esquema de exploração sexual de menores participaram de uma audiência na 6ª Vara Criminal de Londrina. O empresário Walid Kauss e as supostas aliciadoras Amanda Cardoso e Rafaela Gomes compareceram ao fórum junto a testemunhas de defesa - que foram dispensadas - e de acusação. Algumas pessoas foram ouvidas, mas como algumas testemunhas de acusação faltaram, a audiência acabou sendo adiada.

Kauss conversou com a imprensa e negou as acusações. "Eu era um homem solteiro, não devia explicações. Hoje estou namorando, é diferente", disse. O empresário relatou que, pelo segredo de Justiça,

não poderia comentar o caso, mas contou que "todos terão uma grande surpresa no final". O advogado de Rafaela Gomes, Carlos Eduardo Cabral de Melo, se disse contente com a audiência que, segundo ele, serviu para enfraquecer denúncias do Ministério Público.

A promotora Susana Lacerda rebateu as argumentações dizendo que as defesas dos acusados se apegam a datas para tentar invalidar a acusação. "Como já disse, a vítima de abuso não escreve na folhinha o dia que sofreu a violência. Não é como um furto, ou algo do tipo." Ela explicou ainda que algumas das vítimas não enfatizam a culpa dos acusados, isso de nada pesa no processo. "É reflexo da sociedade machista em que vivemos. As meninas não têm capacidade de discernimento e acham que também são culpadas. É contra isso que precisamos lutar." (C.E.)

06 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Precatórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que os tribunais de Justiça estaduais sigam a Lei Complementar nº 151/2015 e usem depósitos judiciais para, preferencialmente, pagamentos de precatórios. A decisão é do conselheiro Lelio Bentes e atendeu pedido feito pela Conselho Federal da OAB. O conselheiro determina que, ao celebrar termos de ajuste e compromisso destinados a liberar recursos de depósitos judiciais para contas dos estados, do Distrito Federal e de municípios, os tribunais de Justiça observem os requisitos da lei, “abstendo-se de firmar termos que importem a possibilidade de aplicação de tais recursos fora das hipóteses expressamente elencadas nos incisos I a IV ou sem a devida observância da prioridade ali assegurada ao pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza”. Segundo a OAB Paraná, o Tribunal está seguindo a regra.

Perdão

Um dos auditores da Receita Estadual de Londrina acusado junto com os outros 61 colegas de integrar um esquema criminoso de cobrança de propina e sonegação fiscal solicitou ao juiz da 3ª Vara Criminal autorização para ausentar-se da comarca em 14 de novembro: o “publicano” quer participar de um congresso bíblico em Arapongas (na região metropolitana). Reclamam sobre todos os réus da Operação Publicano medidas cautelares que os obriguem a ficar em Londrina, sob pena de voltarem à prisão. Por isso, quando querem ou precisam viajar em férias, para descanso ou rezar precisam do aval judicial.

THIAGO NASSIF

Premiação

Promotor de Justiça em Mato Grosso, Márcio Florestan Berestinas, de Arapongas, recebeu, do Conselho Nacional do Ministério Público, reconhecimento por projeto denominado “Educando para Recuperar”. A premiação foi entregue anteontem, em Brasília.

06 NOV 2015

GAZETA DO PARANÁ

Cascavel passa contar com 'Audiência de Custódia'

Projeto prevê que toda pessoa que for detida em flagrante em Cascavel terá direito a uma audiência de custódia com um juiz em até 24 horas

• A implantação da chamada "Audiência de Custódia" faz parte de uma recomendação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e Cascavel é a terceira cidade do Paraná, depois de Curitiba e Londrina, que passa a contar com esta dinâmica. A implantação contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos (foto). Ele destacou o lado humano da proposta e disse que se trata de ação comum em países desenvolvidos. "Hoje o cidadão é autuado em flagrante, preso, vai para uma delegacia e o juiz é comunicado. O preso dependia deste comunicado e às vezes ficavam detido por muitos dias sem seu caso ser analisado pelo juiz. Agora o preso terá



direito de ser interrogado e ter benefício". O desembargador acredita que o Paraná é um estado privilegiado em se tratando de número de juizes e terá condição de implantar o projeto. O juiz diretor do Fórum de Cascavel, Sérgio Kreuz lembrou que "temos a 4ª maior população carcerária mas estamos em 91º lugar quando o assunto é segurança. Se prisão fosse suficiente para garantir segurança, estaríamos bem colocados".

06 NOV 2015

GAZETA DO PARANÁ

Presos em flagrante deverão ver um juiz em até 24 horas

Objetivo é que magistrado decida, de imediato, se detido tem direito a liberdade provisória ou uso de tornozeleira

Mariana Lioto
Da CGN Cascavel

• Desde ontem (5) toda pessoa que for detida em flagrante em Cascavel terá direito a uma audiência de custódia com um juiz em até 24 horas. O objetivo é garantir os direitos do detido e permitir que o magistrado decida, dentro do que a lei permite, pela liberdade provisória ou uso de tornozeleira eletrônica, de acordo com cada caso.

A implantação faz parte de uma recomendação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a qual o Paraná aderiu no final de julho. Cascavel é a terceira cidade do Estado, depois de Curitiba e Londrina, que passa a contar com esta dinâmica. A implantação contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos. Ele enalteceu o lado humano da proposta e destacou que se trata de ação comuns em

países desenvolvidos. “Hoje o cidadão é antuado em flagrante, preso, vai para uma delegacia e o juiz é comunicado. O preso dependia deste comunicado e às vezes os presos ficaram presos por muitos dias sem seu caso ser analisado pelo juiz. Agora o preso terá direito de ser interrogado e ter benefício”. O desembargador acredita que o Paraná é um estado privilegiado em se tratando de número de juizes e terá condição de implantar o projeto.

O juiz diretor do Fórum de Cascavel, Sérgio Kreuz, salienta que o Brasil tem 500 mil presos e 42% deles são provisórios. “Temos a 4ª maior população carcerária mas estamos em 91º lugar quando o assunto é segurança. Se prisão fosse suficiente para garantir segurança, estaríamos bem colocados”, destacou.

No entendimento da OAB, representada no evento pelo presidente Juliano Murbach a sociedade tem evoluído e a justiça também precisa evoluir. A representante do Ministério Público no evento, Ticiane Pereira, destacou que a audiência de custódia é uma forma de racionalizar a restrição de liberdade.

Segundo o delegado-chefe da 15ª SDP, Adriano Chohfi, todos os meses, cerca de 40 presos em flagrantes ficam detidos. “Quando não cabe a fiança pela autoridade policial o preso fica na carceragem e só o papel vai até o juiz. Agora vai pessoalizar. Para o direito penal é excelente. O preso que não tem condição de pagar um advogado em 24 horas será levado até um juiz.

Em Curitiba, onde o serviço já funciona, em média metade dos detidos conseguem a liberdade provisória.

Também estiveram presentes no evento o prefeito Edgar Bueno; o presidente da Câmara de Vereadores, Gugu Bueno; o Major Rubens Gareez, da Polícia Militar e o presidente da associação de magistrados Frederico Mendes Junior.

CONTINUA

06 NOV 2015

GAZETA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Homenagem

Durante o evento da tarde de ontem também foi entregue à 1ª Vara Criminal de Cascavel o selo bronze do Enasp (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública), um prêmio nacional. A vara coordenada pela juíza Fíllomar Helena Perosa Carezia foi destaque no empenho para julgamento de crimes contra a vida.

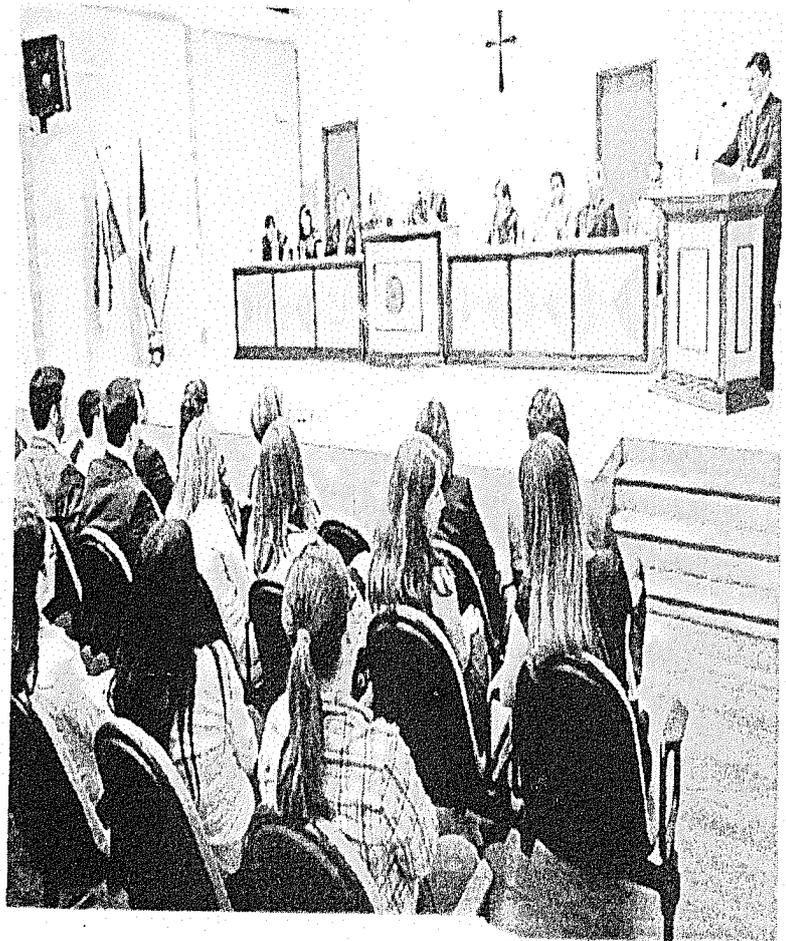
Vara privativa

Durante o evento também foi citada a possibilidade que nas próximas semanas seja formalizada a criação de uma vara privativa do júri, o que pode dar mais celeridade aos processos que dependem de júri popular.

EM NÚMEROS

42%

O juiz diretor do Fórum de Cascavel, Sérgio Kreuz, salienta que o Brasil tem **500 mil presos** e 42% deles são provisórios



Da CGN Cascavel

06 NOV 2015

GAZETA DO POVO

MP investiga venda de potencial construtivo do Jockey Club

Transação teria ocorrido a um valor equivalente a 2% do praticado em mercado e sem passar pelo crivo de associados

Felippe Anibal

O Ministério Público do Paraná (MP) instaurou um procedimento preparatório para apurar “eventuais irregularidades” na venda de potencial construtivo do Jockey Club do Paraná. A investigação prévia foi deflagrada depois que o Tribunal de Contas do Estado (TC) expediu uma medida cautelar, suspendendo a transação. Segundo denúncia apresentada aos órgãos, o grupo que comprou o potencial construtivo pagou um valor que corresponderia a 2% do preço de mercado e a negociação teria desrespeitado a lei e o estatuto do Jockey. A confirmação das irregularidades configuraria crime de improbidade administrativa.

Por ser um clube privado que mantém vasta área verde e é considerado uma Unidade de Interesse e Preservação (UIP), o Jockey poderia vender seu potencial construtivo a empresas que tivessem interesse de construir em outras

áreas além dos limites fixados pela lei municipal. Entretanto, segundo relatório do TC encaminhado ao MP, a transação não teria passado por consulta em órgãos de defesa do patrimônio, como a Curadoria do Patrimônio Histórico (do Estado), a Comissão de Avaliação do Patrimônio Histórico-Cultural (do município) e o próprio Ministério Público.

Além disso, o denunciante levantou suspeitas sobre o valor da transação. Segundo relatório, a IP 15 Empreendimentos Imobiliários comprou o potencial construtivo do clube por R\$ 5,5 milhões: o equivalente a R\$ 50 por metro quadrado, enquanto o preço praticado em mercado seria de R\$ 2,3 mil. Além disso, a venda teria ocorrido sem que o Jockey tenha feito uma assembleia geral que referendasse o acordo.

Responsável pela apuração, a Promotoria de Defesa de Proteção ao Patrimônio Público encaminhou, na última quinta-feira (29), um ofício ao Jockey, para que o clube se manifeste sobre as denúncias em um prazo de 15 dias. Depois disso é que os promotores devem definir os próximos passos da apuração.

Até o início da tarde de quinta-feira (5), o interventor do Jockey nomeado pela Justiça, Joaquim Rauli, ainda

não sabia do teor da apuração do MP, mas acrescentou que providenciaria todas as respostas. “O escritório jurídico que nos assessoria está acompanhando [o caso], mas eu ainda não recebi notificação, não tomei ciência do processo”, disse. Rauli passou a responder pelo clube no fim de março, por determinação da judicial, depois de terem surgido suspeitas de fraudes no processo eleitoral do instituição.

Via assessoria de imprensa, a Invespark Administração e Participações Ltda, que é avalista da IP 15 Empreendimentos Imobiliários, informou que não vai se manifestar sobre o caso. O grupo não informou em que tipo de empreendimento aplicaria o potencial construtivo adquirido na transação com o Jockey.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HISTÓRICO

06 NOV 2015

De fraude a irregularidades na administração, entidade é alvo de outras polêmicas

As polêmicas envolvendo o Jockey Club do Paraná vão além das apurações do Ministério Público do Paraná e o Tribunal de Contas do Estado sobre potencial construtivo. Em 2009, uma denúncia sobre uma possível fraude na assembleia de associados que aprovou a venda de dois terrenos do clube foi parar na Polícia Civil. Os imóveis haviam sido vendidos em 2007 a duas incorporadoras, por um valor total de R\$ 20,1 milhões. Na ata da reunião, constavam sócios que não participaram da assembleia e pessoas que já haviam morrido.

Em 2014, o Jockey Club perdeu a carta-patente — uma espécie de alvará expedido pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento, que permite a realização de corridas. Entre os fatores que motivaram a cassação da licença, estavam suspeitas de falsificação de documentos e irregularidades administrativas. A última disputa no hipódromo ocorreu em junho daquele ano.

Em meio a divergências administrativas e alegação de fraudes na eleição, a Justiça determinou uma intervenção no Jockey, nomeando o advogado Joaquim Rauli como interventor.

Havia ainda denúncias de possíveis irregularidades na venda de um terreno tombado por parte da administração anterior.

Também no ano passado, a Justiça determinou a demolição de três obras — entre elas, um galpão e uma arquibancada — na área tombada do Jockey.

Investigação não tem ligação com shopping

O Grupo Tacla — que integra o conjunto de investidores que iniciaram a construção do Jockey Plaza Shopping, em um terreno contíguo ao clube — afirma que a apuração do MP não afeta o empreendimento. O diretor do grupo, Aníbal Tacla, disse que o projeto foi viabilizado a partir da compra de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) da Linha Verde. “O shopping [Jockey Plaza] não comprou nem usou potencial construtivo do Jockey Club. São coisas completamente diferentes”, disse o investidor.

Segundo o grupo, o cronograma da construção está progredindo normalmente e a previsão é de que o empreendimento, em fase de fundação, seja inaugurado em outubro de 2017. “Tudo está transcorrendo dentro do esperado”, observou Tacla.

Segundo o alvará emitido pela prefeitura, a obra poderá ter 217 mil metros quadrados e seis pavimentos, que podem chegar a 22,5 metros de altura.

O empreendimento pretende ser o maior shopping de Curitiba, com cerca de 480 lojas, incluindo 26 operações de *fast-food*, 11 restaurantes e salas de cinema.

GAZETA DO POVO

Ex-assessor do governo Richa e mais 12 são denunciados por crimes sexuais

06 NOV 2015

LONDRINA

Fábio Calsavara

O Ministério Público (MP) de Londrina denunciou 13 pessoas na quinta-feira (5) em novas ações contra exploração sexual de menores. Ao todo, nove ações penais seriam ajuizadas, por crimes de abuso, exploração sexual e atentando violento ao pudor contra menores de idade, cometidos entre 2003 e 2014.

Entre os denunciados estão alguns já acusados em ações anteriores, como o auditor Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, e o fotógrafo e ex-assessor do governo do estado Marcelo "Tchello" Caramori.

No total, os casos de exploração sexual investigados pelo Gaeo em Londrina já geraram mais de 20 ações penais ajuizadas contra mais de 30 pessoas. O número de vítimas também chama a atenção: são mais de 50 meninas menores de idade.

O advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, disse que seu cliente está colaborando com a investigação. Ele firmou acordo de delação premiada, assim como Caramori, que segundo o advogado Leonardo Viana também está colaborando com a apuração.

06 NOV 2015

GAZETA DO POVO

TC mantém Durval como relator das contas de Richa

O Ministério Público junto ao TC havia pedido que ele fosse declarado suspeito, já que foi secretário do governador

! *Rogério Waldrigues Galindo*

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) decidiu na quinta-feira (5) que o conselheiro Durval Amaral continuará sendo o relator das contas do governador Beto Richa (PSDB) relativas a 2014. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas havia pedido que ele fosse declarado suspeito, já que foi chefe da Casa Civil de Richa.

Na sessão da quinta (5), Durval alegou que só poderia ser considerado impedido em duas situações: caso ficasse demonstrada sua amizade íntima com o governador ou caso se demonstrasse que ele tem interesse pessoal na aprovação ou reprovação das contas. Segundo o conselheiro, o MP não conseguiu de-

monstrar nenhuma das duas situações.

Durval disse que “nunca possuiu e não possui amizade íntima com o governador do estado, posto que afinidade ideológica não equivale a amizade”. E afirmou que não tem interesse direto nas contas porque o resultado do julgamento não o afeta. Além disso, Durval alegou que os procuradores do Ministério Público perderam o prazo para fazer qualquer arguição de suspeição, já que ele foi definido como relator das contas de Richa já em 2014.

Os conselheiros acataram por unanimidade o voto de Durval, que é corregedor do TC. Com isso, ele segue como relator das contas do governo.

O Ministério Público recomenda a desaprovação das contas de Richa em 2014. No entanto, um histórico recente mostra que isso normalmente não se traduz em reprovação: nos últimos dez anos, os procuradores sugeriram o mesmo sete vezes, mas foram sempre ignorados pelos conselheiros, que tomam a decisão final.

Histórico

Durval Amaral e Richa foram colegas de Assembleia Legislativa entre 1995 e 2000. Em 2010, quando Richa foi eleito para o governo do estado pela primeira vez, os dois fizeram campanha juntos. No palanque, Richa disse que pedia voto para Durval porque ele era “um homem de compromisso, um homem que não abre mão de seus companheiros, que só construiu amizades e respeito (...) Eu falo do Durval de peito aberto, porque eu sempre caminhei ao seu lado”.

Um jornal de Cambé registrou ainda que Richa, na cidade, afirmou que Durval “é meu amigo, irmão e companheiro de todas as horas”. Depois de eleito, Richa escolheu Durval para a Casa Civil, principal posto político do governo.

Em 2012, Durval foi eleito pelos deputados para o TC e nomeado por Richa. Em 2014, o filho do conselheiro, Tiago Amaral (PSB), foi eleito deputado estadual e hoje faz parte da bancada de apoio a Richa.

06 NOV 2015

GAZETA DO POVO

➤ REVIRAVOLTA

Exumação aponta que Renata Muggiati foi asfixiada

Diego Ribeiro

O exame feito no corpo da fisiculturista Renata Muggiati após a exumação mostrou que ela foi vítima de asfixia mecânica por vários minutos. A polícia teve acesso à conclusão dos testes nesta semana. O resultado — assinado por uma junta formada por quatro especialistas (médicos e outros peritos) — contradiz a necropsia feita pelo médico legista Daniel Colman, do Instituto Médico Legal (IML), que afirmava não ter havido a asfixia. Renata morreu em setembro deste ano em Curitiba, quando caiu do prédio em que morava.

No dia 13 de outubro, quando a conclusão da necropsia veio à tona, a polícia afirmava não descartar a ocorrência de asfixia, pois ainda faltava o laudo da exumação e outros exames complementares. Na época, o namorado de Renata, Raphael Suss, investigado pela morte da jovem, foi solto pela 1.ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba.

Além de revelar que houve morte agônica — acompanhada de sofrimento —, a nova análise apontou que Renata já estava sem vida no momento da queda do prédio, o que também contrariou a primeira avaliação. Por isso, o resultado pode gerar uma reviravolta no caso.

O resultado do exame não foi divulgado porque a Justiça decretou sigilo do processo. Apesar disso, a reportagem pesquisou alguns critérios necessários para apontar morte agônica. Para

se chegar a essa conclusão são realizados diversos tipos de exames laboratoriais. Um dos critérios é a verificação pelos médicos da presença de glicogênio e glicose no fígado da vítima. Se não houver presença do glicogênio, trata-se de morte agônica.

Outro indicativo da asfixia é a média de adrenalina suprarrenal. Quantias abaixo de um determinado patamar indicam morte com sofrimento. A mesma verificação pode ser feita se for encontrado glicogênio na urina do cadáver.

Além disso, um exame laboratorial feito no osso de Renata compõe o rol de análises laboratoriais que podem apontar que ela já estava morta no momento da queda do edifício.

Contradição

A contradição entre o laudo de necropsia e o resultado do exame de exumação deve aumentar ainda mais a polêmica em torno do caso. Tanto o Ministério Público como a Justiça deverão tentar entender os motivos das divergências.

A 1.ª Vara do Júri concedeu dez dias para os peritos do IML explicarem as diferenças entre as conclusões. Por enquanto, o IML não se pronunciará, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), por causa do sigilo. A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) também foi procurada e, pelo mesmo motivo, não comentou o caso.

O médico-legista Daniel Colman não foi encontrado pela reportagem.

Antes do laudo de necropsia, no início da investigação, a polícia pediu a prisão de Suss em razão de um outro exame (“anatomopatológico”), cujo resultado deu à polícia indícios de que poderia ter ocorrido asfixia.

O documento indicava quebra do osso hioide e presença de manchas de sangue nos pulmões e no coração de Renata. Esses dois fatores estão presentes em vítimas de sufocamento.

Apesar disso, ainda não há informação de como a asfixia pode ter ocorrido. Na necropsia, não foram apontadas marcas no pescoço, o que descartaria o uso das mãos.

06 NOV 2015

GAZETA DO POVO

PEC que permite Igreja questionar Justiça passa em comissão

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou nesta semana uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite que igrejas apresentem ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e ações declaratórias de constitucionalidade (ADC) ao Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta de incluir entidades religiosas no artigo 103 da Constituição é do deputado João Campos (PSDB-GO), um dos líderes da bancada evangélica. Hoje, só podem propor ADI e ADC o presidente da República, as Mesas do Senado, da Câmara ou de Assembleia Legislativa, governadores, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA Número de mulheres presas no Brasil cresce 567% em 15 anos

A população de mulheres encarceradas nas penitenciárias brasileiras subiu de 5.601 para 37.380 entre 2000 e 2014 – um aumento de 567%. Os dados são do relatório Infopen Mulheres, divulgado na quinta-feira (5) pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. O número posiciona o Brasil no quinto lugar do ranking de países com maior po-

pulação carcerária feminina, perdendo apenas para os Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. Coletados pelo Depen, os dados foram fornecidos por 1.424 unidades prisionais em todo o sistema penitenciário. Em geral, as detentas brasileiras são negras, jovens (entre 18 e 29 anos), pobres, têm filhos, são responsáveis pelo sustento familiar e possuem baixa escolaridade. Do total, 68% respondem por tráfico de drogas, mas por uma função "coadjuvante" no crime, realizando serviços de transporte e pequeno comércio.

Delúbio está prestes a ser o 1.º mensaleiro com livramento condicional

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares está prestes a se tornar o primeiro condenado no mensalão a obter livramento condicional. Com o benefício, ele ficaria em liberdade, desde que cumpra algumas exigências, como ter emprego e não se mudar de cidade sem comunicar a

Justiça. Delúbio está hoje no regime domiciliar. Se o relator do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, concordar, ele ganhará a liberdade neste mês. Segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Delúbio terá direito ao livramento condicional a partir do dia 11. Se obtiver o benefício, terá de cumprir as condições impostas pelo juiz até 20 de março de 2020, data do término oficial da pena.

06 NOV 2015

GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

Balano ou Costa: um dos delatores está mentindo, diz delegado

| Kelli Kadanus

O delegado Igor Romário de Paula, que coordena a força-tarefa da Operação Lava Jato na Polícia Federal (PF), disse que a acareação realizada na quinta-feira (5) entre o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, vai ajudar a detectar qual dos dois está mentindo.

Segundo o delegado, existem muitas contradições nos dois depoimentos. "Não são detalhes, são pontos que são contrários", disse o delegado. Até as 21h30 desta quinta-feira, os delatores ainda estavam prestando esclarecimentos aos delegados da PF.

A princípio, a PF realizaria duas acareações nesta quinta. A primeira, conduzida pelo delegado Luciano Flores, teria como objetivo esclarecer divergências referentes à ação penal contra executivos da Odebrecht. Outros tópicos também seriam abordados, como uso de contas no exterior e envolvi-

mento de políticos e ex-parlamentares no esquema.

Uma das divergências trata da suposta entrega de R\$ 2 milhões para o ex-ministro Antônio Palocci em 2010. O dinheiro teria sido usado pela campanha da presidente Dilma Rousseff (PT) naquele ano. Enquanto Costa confirma a entrega do dinheiro, Soares nega que isso tenha acontecido.

Na segunda acareação, conduzida pelo delegado da PF Eduardo Mauat, seriam esclarecidos pontos recentes a divergências nos depoimentos relacionados à ação penal contra executivos da empreiteira Andrade Gutierrez.

Improdutividade

Antes da tomada dos depoimentos, o advogado de Soares, Sérgio Rieira, disse não acreditar que os procedimentos seriam produtivos. "Eu acho extremamente infrutífera uma acareação", opinou. Ele afirmou que Soares confirmaria integralmente o teor de seus depoimentos. O advogado de Costa, João Mestieri, também garantiu que seu cliente iria manter o que já disse anteriormente.

Se ficar comprovado que um dos colaboradores está mentindo ou omitindo informações, ele corre o risco de perder todos os benefícios do acordo de delação premiada.

Suíça registra 60 denúncias sobre Lava Jato

GENEBRA, SUÍÇA

Estadão Conteúdo

Autoridades suíças apresentaram mais de 60 denúncias por lavagem de dinheiro envolvendo pessoas ligadas ao escândalo da Petrobras. A informação é do Escritório de Combate à Lavagem de Dinheiro da Suíça, que repassou os dados para o Ministério Público do país, sem citar os nomes dos denunciados. A Suíça investiga bancos por irregularidades no caso. No início do ano, o MP Suíço informou que 300 contas com mais de US\$ 400 milhões foram congeladas como resultado das investigações. Com o aumento desse número, os dois países conversam para ampliar a cooperação.

Na Suíça, o caso também abalou o sistema financeiro, segundo o porta-voz da Autoridade de Supervisão do Mercado Financeiro da Suíça (FINMA), Tobias Lux. "A entidade esteve em contato com diferentes bancos e agentes de valores mobiliários diante do caso de corrupção ligado à Petrobras", disse.

06 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça anula aval para juiz sem concurso na Argentina

Mecanismo é usado pelo governo para nomear magistrados favoráveis

Lei que cairá em 90 dias permite à Casa Rosada trocar desafetos por funcionários do judiciário e advogados

MARIANA CARNEIRO
DE BUENOS AIRES

A Suprema Corte argentina anulou, na quarta-feira (4), a lei aprovada na gestão da presidente Cristina Kirchner que permite ao governo preencher vagas abertas nos tribunais do país com juízes substitutos que não passaram por concurso público.

A norma permitiu que o governo nomeasse para cargos-chave advogados e funcionários do judiciário simpáticos à situação para tratar de julgamentos sensíveis para a presidente Kirchner.

Entre as causas que estavam sendo tratadas por substitutos está a que analisa a validade do acordo entre a Argentina com o Irã, selado em 2013, e que tratava do atentado a bomba contra a associação judaica Amia em Buenos Aires, em 1994.

A versão do governo é que o acordo foi feito para interrogar os suspeitos iranianos, mas o promotor Alberto Nisman —cuja morte, em janeiro deste ano, ainda não foi esclarecida— afirmava que o pacto teria sido motivado por razão financeiras. Cristina te-

ria interesse em aumentar o comércio com o país.

A denúncia de Nisman foi arquivada pela Justiça, mas ainda estava sob avaliação a validade do pacto, que chegou a ser defendido pela presidente Cristina Kirchner na Assembleia Geral da ONU em setembro deste ano.

Na Argentina, o acordo com o Irã foi considerado inconstitucional em primeira instância, mas o governo recorreu ao Tribunal de Cassação Penal (uma espécie de segunda instância no país).

Em junho deste ano, por uma manobra no Conselho de Magistratura, aliados do governo afastaram um dos juízes que votaria contra a constitucionalidade do pacto. Na terça (3), outro juiz que avaliava o caso, Juan Carlos Gemignani, teve o pedido de remoção aprovado por decisão de dois substitutos.

AMIGOS

Outro processo que corria o risco de cair nas mãos de um juiz substituto era a Hotesur, que investiga denúncias de suposto desvio e lavagem de dinheiro por Lázaro Baez, empresário que é sócio da família presidencial.

Com a decisão da Suprema Corte, os atuais juízes temporários deverão deixar suas funções em três meses.

O Congresso deverá votar nova lei para definir as regras da substituição. Até lá, só poderão ocupar as vagas abertas juízes aposentados ou de outras comarcas — todos avaliados em concursos.

Não será uma logística simples. Segundo estimativas de ONGs, como o Cippec (Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Igualdade e o Crescimento), um terço dos juízes argentinos hoje são substitutos, ou seja, não passaram pelos trâmites requeridos pela constituição argentina.

FOLHA DE S. PAULO

NÉLTO SCHWARTSMAN

Multidão de mulheres presas

SÃO PAULO - Na onda do #AgoraÉ-QueSãoElas, meu lado feminista cede o espaço à antropóloga Debora Diniz, professora da UnB e autora de “Cadeia: Relatos sobre Mulheres”.

06 NOV 2015

“O Ministério da Justiça deu número grandioso ao que já sabíamos —houve um crescimento de 567% de mulheres presas nos últimos 15 anos. Vivemos em um país adorador de castigos, e a cadeia nos persegue. Falo no plural da autoridade, mas a inclusão não é verdadeira: elas são mulheres parecidas entre si e bem localizadas na estratificação social brasileira —pretas e pardas, pobres, pouca escola e trabalho precário. Chegam aos presídios por um tipo torto da lei, “tráfico de drogas”.

Dei constatação e diagnóstico para a multidão de mulheres no presídio. O principal crime é o de sobrevivência, pois é com a droga que se come, se cuida dos filhos ou se aproveita o freyo. Por que as mulheres viraram malfeitoras? A resposta fácil é a da compaixão pelo gênero: as presas conheceram a bandidagem pelos maridos, suas trajetórias são de dependência e paixão. Pode até ser esse o roteiro de algumas delas, mas não é a história da multidão. Muitas delas conheceram a droga, a arma ou mesmo a prisão ainda miúdas —era o irmão que enrolava a erva, o pai que só as visitava no saidão, a mãe que pagava as contas com um tráfico leve da pedra.

Uma em cada quatro mulheres em regime fechado no presídio da capital do país viveu parte da adolescência em unidades socioeducativas de internação, um nome comprido para o que se conhece como cadeias para adolescentes. Aqui está o antecedente de vida que importa para entender quem é essa multidão em expansão: muito cedo, ainda meninas, saíram da escola e da casa, viveram na rua ou entre grades —se não foi aperfeiçoando-se no crime, ao menos com poucas chances de aprender outra forma de sobrevivência que não na ilegalidade da vida”.

06 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

TSE rebate crítica sobre urnas eletrônicas

DE BRASÍLIA - Após o PSDB divulgar o resultado de uma auditoria sobre a eleição de 2014 e afirmar que o formato atual é "inauditável", ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) saíram em defesa do sistema eletrônico de votação.

Para o ministro Herman Benjamin, a proposta de im-

pressão dos votos representa "retrocesso". Presidente do TSE, Dias Toffoli criticou o fato de nenhum partido ter participado das audiências que discutiram o sistema antes do pleito.

Gilmar Mendes defendeu que a Justiça Eleitoral amplie o controle das urnas eletrônicas para "evitar a boataria".

Polícia pode invadir casa se houver indício de crime, diz STF

DE BRASÍLIA - O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu nesta quinta (5) que policiais só podem invadir uma casa sem autorização judicial quando houver indícios de que um crime está sendo cometido no local.

Os ministros estabeleceram que, depois da ação, a polícia terá que justificar o motivo da busca. Se não houver explicação plausível, a autoridade policial pode ser alvo de punição, além de as provas colhidas poderem ser anuladas. Essa avaliação será feita por um juiz.

Pela Constituição, um domicílio é inviolável. Alguém só pode entrar nele sem a autorização do morador em caso de crime flagrante, para prestar socorro ou em meio a desastre. Em regra, a polícia só pode entrar com ordem judicial.

MÔNICA BERGAMO

TENSÃO MÁXIMA

O ministro do STF Teori Zavaski tem deixado interlocutores de cabelo em pé. Relator da Operação Lava Jato na corte, ele repete que o pior ainda está por ser revelado.

TENSÃO 2

A colegas, Teori diz que a teia de negócios é muito mais complexa do que a que veio até agora a público. Ele, no entanto, não avança nos comentários, deixando outros ministros tensos.

06 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Entidades criticam lei do direito de resposta

Associações que reúnem veículos de comunicação fazem ressalvas a pontos da norma

Entidades que reúnem veículos de comunicação criticaram pontos do projeto de lei aprovado na quarta (4) no Senado que regulamenta o direito de resposta.

Em nota, a ANJ (Associação Nacional de Jornais) fez ressalvas ao artigo que estabelece que um eventual recurso movido por uma empresa jornalística será julgado por um colegiado de juízes.

Para a ANJ, o trecho pode ser desfavorável aos jornais, pois um colegiado de juízes não tem a mesma celeridade de um juiz para conceder uma liminar (decisão provisória).

“Pode haver um lapso de tempo grande entre a decisão favorável ao direito de resposta e o exame do recurso, de tal forma que a empresa pode ganhar o recurso depois de já ter veiculado a resposta”, disse Ricardo Pedreira, diretor executivo da entidade.

Já a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) criticou a aprovação de um dispositivo que prevê que o ofendido poderá fazer a retificação pessoalmente em rádio ou TV.

Por esse dispositivo, a pessoa que se sentir ofendida poderá gravar sua resposta e a emissora será obrigada a transmiti-la, em vez de conceder a réplica por meio de seus próprios profissionais.

Para a Abert, esse trecho poderá “inviabilizar o trabalho dos veículos de comunicação, limitando a atividade jornalística”.

O trecho foi originalmente aprovado pelo Senado, mas havia sido retirado do projeto na passagem pela Câmara dos Deputados. De volta ao Senado, foi reinserido.

Para a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a redação do projeto de lei contém “interpretações elásticas que flanqueiam intervenções de natureza diversa contra a liberdade de imprensa e o livre exercício profissional”.

A entidade criticou, entre outros pontos, a regra que permite que eventual ação contra veículo tramite no local de residência do queixoso, não no endereço da empresa acusada. A ABI alerta que “essa brecha” pode fazer com que instituições promovam, de má-fé, dezenas de ações simultâneas, dificultando a defesa.

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o projeto foi votado pelo Senado em 2013, mas só foi analisado pela Câmara no último dia 20. Aprovado novamente pelo Senado, segue agora para sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff.

06 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Secretário de Paes, no Rio, admite que agrediu ex-mulher

Pré-candidato à prefeitura diz que caso foi isolado e que é preciso 'distinguir briga de casal de violência doméstica'

Ele apresentou nota em que a ex-mulher nega o fato; depois, Alexandra confirmou o episódio ao Ministério Público

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

O secretário-executivo de Coordenação de Governo do Rio, Pedro Paulo (PMDB-RJ), afirmou, em entrevista à **Folha**, nesta quinta-feira (5), que a briga que teve com a ex-mulher, a turismóloga Alexandra Mendes Marcondes, foi uma discussão de casal que fugiu do controle.

Desde a revelação do caso pela revista "Veja", há três semanas, o secretário usava uma nota assinada pela ex-mulher em que ela negava o ocorrido. Na terça (3), ela confirmou as agressões ao Ministério Público.

"Foi um episódio triste, de descontrole, mas superamos. Resolvemos isso do ponto de vista da família", disse ele.

Pedro Paulo disse ter sido essa a única briga que teve na vida. Por esse motivo, avalia, não poderia ser enquadrado como violência doméstica.

A Lei Maria da Penha considera violência física doméstica familiar contra mulher "qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal". A legislação não fala sobre necessidade de ataques físicos continuados para definir o enquadramento.

Folha - Sua ex-mulher confirmou a ocorrência de agressões mútuas. Qual sua versão sobre o que ocorreu naquele dia?

Pedro Paulo - Foi um episódio que ocorreu há cinco anos, um dos momentos mais difíceis da minha vida. Eu errei. Trai minha mulher e me arrependo profundamente disso. Foi um momento de muita tensão, de descontrole. Tivemos discussões e agressões mútuas.

Acho que não cabe falar: "Ela me agrediu e eu me defendi". Há algum tempo, me desculpei com a Alexandra. Mas dada a minha posição como deputado, secretário e pré-candidato, acredito que cabe uma desculpa pública à minha ex-mulher sobre o episódio.

O depoimento dela [de 2010] relata uma cena de violência.

Não quero transformar isso uma discussão pericial. Se eu me defendi ou não... É um episódio difícil, de uma discussão de casal. Mas é importante dizer que foi um episódio único na minha vida.

Para a lei, esse caso não é só um episódio. É crime previsto na Lei Maria da Penha.

Isso não é definido como um crime. Conheço a Lei Maria da Penha. É importante a gente distinguir descontrole em um episódio, uma briga de casal, do que é episódio deliberado de violência do-

méstica. Não tenho comportamento [agressivo] repetitivo com mulher, filhos ou qualquer outra pessoa. A lei Maria da Penha distingue o que são brigas de casal, que acontecem no cotidiano das famílias, do que é ato de violência familiar.

Uma briga no nível que ela relatou não é do cotidiano.

Ela relatou uma briga de casal.

Há uma diferença entre discussão e uma briga da forma como ela relatou.

Eu já pedi desculpas por esse descontrole.

O sr. acha que do ponto de vista penal isso está superado?

A Justiça e o Ministério Público que vão dizer. Estou à disposição para prestar esclarecimentos.

Quando o caso foi revelado pela "Veja", foi divulgado uma nota em que ela negava as agressões...

[Interrompe] Na ânsia de proteger a família, ela teve a coragem de escrever a nota. Não vou discutir semântica de que ela não colocou bem essa frase. É uma atitude nobre de proteger a família.

CONTINUA

06 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O sr. acha que uma situação como essa deve ser mantida no âmbito familiar?

Toda mulher tem que denunciar atos de violência doméstica. Mas existem atos de violência doméstica e brigas de casal. O fato é que eu respeito e reconheço os direitos das mulheres. Esse foi um episódio isolado.

Se um futuro genro do sr. tiver um episódio como esse, aceitaria essas explicações?

A minha filha aprende com esse episódio. Todos aprendemos. Não tenho dúvida que minha filha vai saber diferenciar o que são discussões do que são comportamentos reprováveis.

Há uma discussão sobre a viabilidade de sua candidatura. Que avaliação o sr. faz?

Meu partido saberá decidir sobre esse episódio. Meu objetivo é proteção da minha família, filha e superação desse episódio.

Em depoimento, ex-mulher mudou versão sobre caso

A turismóloga Alexandra Mendes Marcondes, ex-mulher do secretário-executivo de Coordenação de Governo do Rio, Pedro Paulo (PMDB), confirmou na terça (3) ao Ministério Público do Rio ter sido vítima de agressões do ex-companheiro.

O depoimento contraria documento assinado por Alexandra, divulgado há três semanas pela assessoria de imprensa do secretário, negando o episódio.

Em curta declaração ao promotor Alexandre Couto Joppert, a turismóloga confirmou ter ocorrido um caso de "agressões recíprocas".

A época, ela afirmou na Polícia Civil ter sido vítima de chutes, socos e empurrões. Laudo do IML (Instituto Médico Legal) apontou que um dos golpes quebrou um de seus dentes. Desde 2010, o caso não havia sido mais investigado.

O depoimento de Alexandra ao Ministério Público nesta semana foi dado de forma espontânea. Na declaração, ela disse não ter interesse em representar contra o secretário.

O caso ainda será analisado pelo procurador-geral de Justiça do Rio, que vai analisar se o envia à Procuradoria Geral da República ou ao arquivo. (1N)

REVIRAVOLTA NO CASO

Exumação do corpo de fisiculturista contradiz necropsia e aponta asfixia

Diego Ribeiro

Novo exame no corpo da fisiculturista Renata Muggiati, morta em setembro, mostrou que ela foi vítima de asfixia mecânica. A polícia teve acesso à conclusão nesta semana. Feito por uma junta de quatro especialistas, o documento contradiz a necropsia feita pelo médico legista Daniel Colman, do Instituto Médico Legal (IML), que afirmava não ter havido a asfixia. Em 13 de outubro, quando a necropsia veio à tona, a polícia afirmava que não descartava a ocorrência de asfixia em razão da falta do laudo de exumação.

Na época, o namorado e suspeito de ter matado a jovem, Raphael Suss, foi solto pela Justiça. Essa nova análise, apontou que Renata já estava morta no momento da queda do prédio, o que também contrariou a primeira análise. O resultado pode ocasionar uma reviravolta no caso.

CONTRADIÇÃO

A diferença entre o laudo de necropsia e o resultado do exame de exumação deve causar ainda mais polêmica no caso. Tanto o Ministério Público como a Justiça deverão tentar entender os diferentes resultados. A 1.ª Vara do Júri concedeu dez dias para os peritos do IML explicarem as diferenças entre as conclusões.

Por enquanto, o IML não se pronunciará, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) foi procurada e não comentou o caso. O médico-legista Daniel Colman também foi procurado, mas não foi encontrado pela reportagem.

NAMORADO

Antes do laudo de necropsia, no início da investigação, a polícia pediu a prisão do namorado Raphael Suss em razão de outro exame complementar, chamado anatomopatológico, cujo resultado deu à polícia indícios de que poderia ter ocorrido asfixia. O documento indicava quebra do osso hioide e também por presença de manchas de sangue nos pulmões e coração de Renata.

Esses dois fatores estão presentes em vítimas de asfixia. Apesar disso, ainda não há informação de como a asfixia pode ter ocorrido. Na necropsia, não foram apontadas marcas no pescoço, o que descartaria o uso das mãos. A investigação deverá apurar se realmente houve o golpe conhecido como "mata leão", com os braços, ou até mesmo uma chave com a perna.

06 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

MP denuncia 13 por crimes sexuais

Fabio Calsavara

O Ministério Público (MP) de Londrina denunciou 13 pessoas ontem em novas ações contra exploração sexual de menores. Ao todo, nove ações penais serão ajuizadas contra os acusados dos crimes de abuso, exploração sexual e atentando violento ao pudor contra menores de idade.

Na lista de nomes estão alguns dos acusados em ações anteriores, como o auditor Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, e o fotógrafo e ex-assessor do governo do estado Marcelo "Tchello" Caramori. Outros cinco acusados - dois empresários, um advogado, um auditor fiscal da Receita Estadual e uma aliciadora - não haviam sido ci-

tados anteriormente. O nome do empresário Marcelo Caldarelli está na lista do Gaeco.

Os casos de exploração sexual investigados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina apresentam números expressivos. São mais de 20 ações penais já ajuizadas contra mais de 30 pessoas. O número de vítimas também chama a atenção: são mais de 50 meninas menores de idade vítimas dos crimes sexuais.

O contato com as vítimas, assim como nos casos anteriores, era feito por meio de redes sociais e das aliciadoras. Alguns motéis de Londrina, mais uma vez, foram identificados pelas investigações como palco dos novos crimes sexuais contra as menores de idade.

JORNAL DO ÔNIBUS

MP-PR denuncia mais 13 pessoas por exploração de menores

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) protocolou nove processos criminais contra suspeitos de participação em um esquema de exploração sexual de menores em Londrina, no norte do Paraná. As ações são resultado de investigações que iniciaram há mais de um ano.

Na lista de denunciados, alguns nomes se repetem, pois são réus em outros processos e agora respondem por novas acusações. É o caso do auditor Luiz Antônio de Souza e do fotógrafo Marcelo Caramori. Já entre as pessoas denunciadas pela primeira vez, estão dois empresários, um advogado e um auditor da Receita Estadual do Paraná. Ao todo, 13 pessoas foram denunciadas nesta quinta-feira (5) por abuso sexual de menores. ■



Caramori também está envolvido no caso da Receita Estadual

06 NOV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Novo laudo incrimina namorado de Renata

Fisiculturista teria sofrido asfixia antes da queda

A exumação realizada no corpo de Renata Muggiati pode ocasionar uma nova reviravolta no caso quase dois meses após a morte. O exame mostra que a fisiculturista foi vítima de asfixia mecânica por vários minutos. O laudo então contradiz o resultado da necropsia realizada pelo médico legista Daniel Colman, do Instituto Médico Legal (IML), que afirmava não ter havido a asfixia e que motivou o pedido de liberdade do principal suspeito, Raphael Suss Marques.

Essa nova análise, além de revelar que houve morte agônica – aquela que causa sofrimento –, aponta que Renata já estava morta quando caiu do prédio. O caso está sob sigilo de Justiça.

No último dia 16 de outubro, a Divisão de Homicídios e Proteção



Reprodução

à Pessoa (DHPP) realizou a reconstituição do caso logo após a soltura de Raphael. A reconstituição aconteceu no apartamento do casal, no mesmo horário da morte de Renata. Policiais seguiram a versão do que teria acontecido de acordo com o relato de Rafael e também com base no laudo das lesões sofridas por Renata, segundo o IML.

O exame mostra que a fisiculturista foi vítima de asfixia mecânica por vários minutos. O laudo contradiz o resultado da necropsia realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), que afirmava não ter havido a asfixia.

O novo laudo aponta que Renata foi asfixiada



06 NOV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Aliados

TCE mantém Amaral como relator das contas de Richa

Atual conselheiro foi chefe da Casa Civil do atual governo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) decidiu, hoje, por unanimidade, manter o conselheiro e ex-deputado estadual Durval Amaral como relator das contas do governo Beto Richa relativas a 2014. O Ministério Público de Contas havia pedido “exceção de suspeição” contra a designação de Amaral, alegando impedimento pelo fato dele ter sido chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Richa no governo, até 22 de maio de 2012.

Os seis conselheiros votantes concordaram com a argumentação do relator de que o MPC perdeu o prazo para pedir seu impedimento, já que ele foi designado ainda no ano passado. Além disso, afirmou que o Ministério Público de Contas não apresentou “fundamento legal” para sua suspeição. ■

06 NOV 2015

BEMPARANÁ

Caso Rachel Genofre

Manifestação em Curitiba marca 7 anos sem solução

Familiares e amigos da menina Rachel Genofre, de 9 anos, fizeram na tarde de ontem uma manifestação para relembrar a data que marca os sete anos do crime e pedir a solução desse e de outros casos de crimes contra as mulheres. O ato aconteceu na Rodoviária de Curitiba, lugar onde Rachel foi encontrada morta.

A manifestação, que reuniu mais de 100 pessoas, saiu da Praça Rui Barbosa, no Centro de Curitiba, passou pela

sede da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e terminou na Rodoviária, onde colegas de turna de Rachel leram poemas enquanto outros manifestantes carregavam faixas, fotos da menina e pediam Justiça.

Rachel foi encontrada morta no dia 5 de novembro de 2008, na Rodoviária de Curitiba. Seu corpo foi encontrado em posição fetal e enrolado por dois lençóis dentro de uma mala; Segundo laudo pericial, a menina foi morta por asfixia provo-

cada por esganadura. Até hoje o autor do crime não foi preso.

A família de Rachel aponta que uma série de erros policiais dificultaram a identificação do suspeito, como o não isolamento do local do crime e a falta de uma autópsia "satisfatória".

A principal evidência da polícia para desvendar o caso é o sêmen coletado no corpo de Rachel. Até hoje, segundo a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), mais de 200 exames de DNA foram feitos, mas todos deram negativo.



Mais de 100 pessoas participaram da manifestação

06 NOV 2015

BEMPARANÁ

Presidente do TSE rebate tucanos

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, criticou, ontem, a acusação do PSDB sobre o acesso às informações referentes às eleições presidenciais de 2014. As considerações do partido foram divulgadas na quarta-feira, e integram o relatório da auditoria realizada pela legenda nas urnas eletrônicas.

De acordo com Toffoli, o TSE realiza audiências públicas para permitir que os partidos acompanhem o desenvolvimento dos sistemas das urnas eletrônicas seis meses antes do pleito. "No ano passado, nenhum partido compareceu a essas audiências", lembrou o presidente.

Os ministros da Corte endossaram a posição do presidente. Segundo o ministro Gilmar Mendes, o relatório confirmou que as suspeitas não correspondem com a verdade e que partem de "lendas urbanas".

06 NOV 2015

BEMPARANÁ

TCE mantém relator das contas do governo

Conselheiro alega que MPC perdeu prazo e não comprovou fatos para impedimento

Ivan Santos

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) decidiu, ontem, por unanimidade, manter o conselheiro e ex-deputado estadual Durval Amaral como relator das contas do governo Beto Richa relativas a 2014. O Ministério Público de Contas havia pedido "exceção de suspeição" contra a designação de Amaral, alegando impedimento pelo fato dele ter sido chefe da Casa Civil entre 2011 e 2012 no primeiro mandato de Richa no governo.

Os seis conselheiros que votaram concordaram com a argumentação do relator de que o MPC perdeu o prazo para pedir seu impedimento, já que ele foi designado ainda no ano passado. Além disso, afirmou que o Ministério Público de Contas não apresentou "fundamento legal" para sua suspeição.

Amaral considerou que, de acordo com o Código do Processo Civil (CPC), a suspeição deveria ter sido proposta inicialmente num prazo de até 15 dias após ter sido sorteado como relator das contas, em



Amaral: conselheiro negou "amizade íntima" com Richa

16 de janeiro do ano passado, o que não ocorreu. Ele lembrou ainda que ao longo de 2015, em três ocasiões na condição de relator, emitiu alerta em relação à extrapolação dos gastos de pessoal ao governo, com manifestação do MPC, sem que novamente fosse feito qualquer questionamento no prazo previsto, o que no entender do conselheiro, caracterizou a "preclusão", conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Ainda segundo Amaral, o MPC não indicou precisamente o inciso que fundamentou

a exceção, extraíndo-se de suas alegações que seria ou por suposta "amizade íntima" com o governador, ou por eventual interesse no julgamento de sua prestação de contas. "Contudo, não lhe assiste razão em qualquer das supostas hipóteses", destacou afirmando que "não possui amizade íntima com o senhor governador do Estado, posto que afinidade ideológica não configura intimidade" e que a afinidade não o impede de julgar com serenidade as contas; especialmente, pelo compromisso que prestou ao assumir o cargo de conselheiro.

Franklin de Freitas

Para Amaral, também não houve a efetiva demonstração de que o relator teria qualquer interesse na causa "até porque os efeitos da decisão não lhe atingiriam". O conselheiro também lembrou que se declarou impedido de votar as contas do governo estadual de 2011 e 2012, em que houve sua efetiva participação na gestão, mas que já participou, no ano passado, do julgamento da prestação das mesmas contas do exercício de 2013, sem que houvesse qualquer oposição ou restrição por parte do MPC.

Críticas - Os conselheiros Fernando Augusto Mello Guimarães e Nestor Baptista, e o auditor Tiago Barbosa Cordeiro, manifestaram-se na votação do processo. O relator ainda lamentou que, em seu parecer, o MPC tivesse feito críticas a pareceres das equipes técnicas das Diretorias de Contas Estaduais e Jurídica, ao invés de solicitar maiores esclarecimentos, destacando o "alto nível" dos profissionais que integram os quadros do TCE-PR, que há mais de um ano trabalham na análise das contas do governo.

CGN

05 NOV 2015

Em 1ª audiência,
homem é solto com
tornozeleira

Homem havia sido
detido em flagrante
acusado de agredir
a ex-mulher...

Logo após o lançamento do Projeto de

Audiência de Custódia – que prevê
que os detidos em
flagrante tenham
acesso a um juiz em
até 24 horas depois
da detenção – foi
realizada a primeira
audiência.

CONTINUA

CGN

CONTINUAÇÃO

05 NOV 2015

O detido é um homem de 43 anos, preso hoje (5) em Cascavel acusado de agredir a ex-mulher. A audiência foi conduzida pelo juiz Felipe Muller e teve a presença do presidente do TJ (Tribunal de Justiça), Paulo Roberto Vasconcelos, de uma promotora do MP e de um advogado para defesa do detido.

Neste momento o crime em si não é avaliado, o detido é ouvido sobre como ocorreu a prisão e os antecedentes são verificados.

CONTINUA

CGN

05 NOV 2015

CONTINUAÇÃO

O homem é reincidente neste tipo de agressão e uma medida protetiva o impedia de chegar a menos de 300 metros da vítima.

Apesar disso, por ter trabalho e residência fixa, a liberdade provisória com o uso de tornozeleira eletrônica foi concedida. O equipamento visa evitar que ele chegue a menos de um quilômetro do local de trabalho e residência da ex-esposa.

CONTINUA

CGN

CONTINUA

05 NOV 2015

Presos em flagrante verão juiz em até 24 horas

Objetivo é que magistrado decida, de imediato, se detido tem direito a liberdade provisória ou uso de tornozeleira...

A partir de hoje (5) toda pessoa que for detida em flagrante em Cascavel terá direito a uma audiência de custódia com um juiz em até 24 horas. O objetivo é garantir os direitos do detido e permitir que o magistrado decida, dentro do que a lei permite, pela liberdade provisória ou uso de tornozeleira eletrônica, de acordo com cada caso.

CONTINUAÇÃO

GGN

05 NOV 2015

CONTINUA

A implantação faz parte de uma recomendação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a qual o Paraná aderiu no final de julho. Cascavel é a terceira cidade do Estado, depois de Curitiba e Londrina, que passa a contar com esta dinâmica. A implantação contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos. Ele enalteceu o lado humano da proposta e destacou que se trata de ação comuns em países desenvolvidos.

CONTINUAÇÃO

“Hoje o cidadão é autuado em flagrante, preso, vai para uma delegacia e o juiz é comunicado. O preso dependia deste comunicado e às vezes os presos ficaram presos por muitos dias sem seu caso ser analisado pelo juiz. Agora o preso terá direito de ser interrogado e ter benefício”.

O desembargador acredita que o Paraná é um estado privilegiado em se tratando de número de juízes e terá condição de implantar o projeto.

O juiz diretor do fórum de Cascavel, Sérgio Kreuz, salienta que o Brasil tem 500 mil presos e 42% deles são provisórios.

“Temos a 4ª maior população carcerária mas estamos em 91º lugar quando o assunto é segurança. Se prisão fosse suficiente para garantir

segurança, estaríamos bem colocados”, destacou.

No entendimento da OAB, representada no evento pelo presidente Juliano Murbach a sociedade tem evoluído e a justiça também precisa evoluir. A representante do Ministério Público no evento, Ticiane Pereira, destacou que a audiência de custódia é uma forma de racionalizar a restrição de liberdade.

Segundo o delegado chefe da 15ª SDP, Adriano Chohfi, todos os meses, cerca de 40 presos em flagrantes ficam detidos.

“Quando não cabe a fiança pela autoridade policial o preso fica na carceragem e só o papel vai até o juiz. Agora vai pessoalizar. Para o direito penal é excelente. O preso que não tem condição de pagar um

advogado em 24 horas será levado até um juiz.

Em Curitiba, onde o serviço já funciona, em média metade dos detidos conseguem a liberdade provisória.

Também estiveram presentes no evento o prefeito Edgar Bueno; o presidente da Câmara de Vereadores, Gugu Bueno; o Major Rubens Garcez, da Polícia Militar e o presidente da associação de magistrados Frederico Mendes Junior.

Homenagem

Durante o evento da tarde de hoje também foi entregue à 1ª Vara Criminal de Cascavel o selo bronze do Enasp (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública), um prêmio nacional. A vara coordenada

pela juíza Filomar Helena Perosa Carezia foi destaque no empenho para julgamento de crimes contra a vida.

Vara privativa

Durante o evento também foi citada a possibilidade que nas próximas semanas seja formalizada a criação de uma vara privativa do júri, o que pode dar mais celeridade aos processos que dependem de júri popular.

Como vai funcionar?

As audiências ocorrerão sempre a partir das 13h30 e os presos serão conduzidos pelas autoridades policiais. Até o final de março as audiências ficarão sob responsabilidade do juiz da VEP (Vara de Execuções Penais, Paulo Damas. A primeira audiência ocorrerá logo após a apresentação do projeto e o detido foi solto com o uso de tornozeleira eletrônica.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ITALO PEREIRA

Ponto de Vista

05 NOV 2015

A PERSISTÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Em uma sociedade patriarcal e machista, é difícil a discussão de um tema como tal, ainda mais em um país [Brasil] onde 77% das mulheres dizem sofrer situações de violência – verbal ou física – diariamente ou semanalmente, segundo dados do balanço de 2014. O mais complicado é ouvir expressões do gênero: “homem que bate em mulher é macho”, reforçando, ainda mais, atos deste gênero. A violência contra a mulher é um crime gravíssimo aos Direitos Humanos e, como dados mostrados, continua vitimando milhares de mulheres pelo nosso país, que acabam não sendo apenas as mais velhas e casadas, mas também as mais jovens e despreocupadas.

O mais interessante seria analisarmos dados de violência não apenas no Brasil e vemos que uma em cada três mulheres são vítimas de violência conjugal, ou seja, sofrem nas mãos do próprio marido, e que 7% já sofreu algum tipo de abuso sexual de estranhos, de acordo com pesquisas da Organização Mundial de Saúde (OMS), e, ainda mais, que 35% da população feminina mundial já sofreu algum tipo de agressão física ou verbal, consoante a pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU). E se pegarmos apenas um continente, no caso África, os dados são ainda mais alarmantes, onde vemos mutilações genitais - prática da qual faz com que a mulher não tenha mais prazer – e três milhões de garotas que sofrem o perigo de serem submetidas à prática todos os anos.

Na América Latina e Caribe, em uma análise de doze países, percebemos que entre 17% e 53% das mulheres dizem ter sofrido algum tipo de violência sexual, verbal ou física de seu parceiro íntimo, e o país que se destaca em crimes deste gênero é a Bolívia (53,3%), que uma em cada quatro mulheres relatam tamanhas barbaridades, conforme a Organização Pan-Americana de Saúde em colaboração com os Centros para Controle de Doenças dos EUA (CDC). Regressando ao Brasil, podemos analisar também os casos conhecidos como Femicídio, onde a mulher sofre por perseguição de gênero que, em sua grande maioria, ocasiona a morte da pessoa humana do sexo feminino. Os dados registrados são perigosamente terríveis, averiguando estudos dos anos de 1980 até 2010, registram-se assassinatos de mais 92 mil mulheres por todo o país. E o que mais impressiona é que 43,7 mil foram mortas apenas dos anos de 2000 a 2010, conforme dados da Central de Atendimento à Mulher (2012).

Pode-se notar, que o aumento de mortes apenas no período citado, segundo o Mapa da Violência de 2012 divulgado pelo Instituto Sangari, passou de 1.353 para 4.465, totalizando um aumento de 230%. Só em 2011, mais de quatro mil mulheres foram assassinadas pelo país.

Mas, então, com tantos dados que mostram o quanto a violência contra o gênero Feminino é atuante no Brasil, podemos dizer que a lei está tendo algum efeito que minimizou, ao menos um pouco, todos os ocorridos? Com relação a referências divulgadas, sim. A lei, nomeada Maria da Penha, é conhecida por quase 100% dos brasileiros e, ainda mais, é reconhecida por ter reduzido em 10% a taxa de homicídios femininos, podemos, assim, dizer que a lei foi bastante interessante em evitar vários casos de violência em todo o país. Mas isso é suficiente?

Logo assim, podemos finalmente dizer: temos muito que melhorar. As mulheres, hoje, lutam por liberdade, igualdade, fraternidade, termos que podemos considerar como revolucionários em a tão conhecida Revolução

Francesa – ato conhecidíssimo do Século XVIII –, mas que não podem nunca ser considerados como passados. Além dessas ótimas palavras, podemos adicionar também os termos para um país melhor: conciliador, plural, generoso e aberto. Uma sociedade que em sua Constituição Federal alega que todos os seres humanos são iguais, perante a lei não pode permitir que atos de tamanha barbaridade ocorram. Temos todos de trabalhar por um mundo melhor, mais livre e mais aberto às diferenças, sejam elas, de etnia, opção sexual ou gênero. Em toda sociedade civilizada, é preciso compreender que a intolerância legalmente aceita não é compatível com a democracia. A democracia não tem como tolerar a própria intolerância.

Italo Pereira

05 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mandante da chacina de Unai é condenado a 100 anos de prisão

Após 11 anos, nove meses e 3 dias finalmente os mandantes do brutal assassinato dos servidores do Ministério do Trabalho – três fiscais e um motorista – ocorrido no dia 28 de janeiro de 2004, começaram a ser julgados.

O Tribunal do Júri Federal, reunido em Belo Horizonte, em sessão de julgamento que se estendeu por quatro dias, condenou o fazendeiro Norberto Mânica, conhecido à época dos crimes como o Rei do Feijão, e o empresário José Alberto de Castro pelo crime de quádruplo homicídio, triplamente qualificado por motivo torpe, mediante paga e sem possibilidade de defesa das vítimas.

Norberto Mânica recebeu pena de 98 anos, seis meses e 24 dias. José Alberto, que chegou a confessar a encomenda da morte do fiscal Nelson José da Silva, foi condenado a 96 anos, cinco meses e 22 dias.

FABIO CAMPANA

Caso de família

A 3ª Turma do STJ deu ganho de causa ao tucano Alvaro Dias, no caso sobre uma filha fruto de relacionamento extraconjugal. Embora Dias tenha reconhecido a paternidade, a filha pedia R\$ 3 milhões por “abandono afetivo”.